



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 076

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1986

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 131ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE AGOSTO DE 1986

*Sessão solene destinada a homenagear a memória do Presidente Juscelino Kubitschek, pelo transcurso do décimo aniversário de seu falecimento.*

#### 2 — ATA DA 132ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE AGOSTO DE 1986

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Discurso do Expediente

**DEPUTADO RAUL BERNARDO** — Reivindicações de servidores aposentados do SINPAS/MG. Correspondência subscrita por telefonistas de

Varginha — MG, reivindicando aposentadoria aos 25 anos de serviço para a classe. Apelo de entidades classistas pela aprovação dos Projetos de Lei nº 6.655/85, de interesse dos bancários, e nº 2.639/83, referente a pleito de psicólogos.

##### 2.2.2 — Comunicações da Presidência

— Manutenção, por decurso de prazo, do veto presidencial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 201/86-Complementar (nº 357/85-Complementar, na Câmara dos Deputados), que cria o Estado do Tocantins e dá outras providências.

— Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matéria que especifica.

##### 2.3 — ORDEM DO DIA

##### 2.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 50/86-CN (nº 662/85, na origem) pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei do Senado nº 147/82 (nº 5.327/85, na Câmara dos Deputados), que isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria e dá outras providências.

##### 2.3.2 — Designação de Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria

##### 2.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

##### 2.4 — ENCERRAMENTO

## Ata da 131ª Sessão Conjunta, em 19 de agosto de 1986

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.  
SENADORES:

Jorge Kalume — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — César Cals — Amir Gaudêncio — Maurício Leite — José Urbano — Nivaldo Machado — Alaor Coutinho — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Severo Gomes — José Fragelli — Arno Damiani — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

#### Acre

Alécio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PMDB.

#### Amazonas

José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL; Ubaldino Meirelles — PFL.

#### Rondônia

Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PFL.

#### Pará

Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL.

#### Maranhão

Edison Lobão — PFL; José Burnett — PDS.

## EXPEDIENTE

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

*Diretor-Geral do Senado Federal*

JOSE LUCENA DANTAS

*Diretor Executivo*

JOÃO DE MORAIS SILVA

*Diretor Administrativo*

MARIO CESAR PINHEIRO MAIA

*Diretor Industrial*

PEDRO ALVES RIBEIRO

*Diretor Adjunto*

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92 00

Semestral Cz\$ 46 00

Exemplar Avulso. Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

#### Piauí

Freitas Neto — PFL.

#### Ceará

César Cals Neto — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB.

#### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Vingt Rosado — PMDB

#### Paraíba

Adauro Pereira — PDS; Octacílio Queiroz — PMDB; Paulo Xavier — PFL; Tarcísio Burity — PTB.

#### Pernambuco

Geraldo Melo — PMDB; José Jorge — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PCB.

#### Alagoas

Oséas Cardoso.

#### Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB.

#### Bahia

Elquisson Soares — PDT; Felix Mendonça — PTB; Gorgônio Neto — PMDB; João Alves — PFL.

#### Espírito Santo

Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB

#### Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Lázaro Carvalho — PFL; Walter Casanova — PTR.

#### Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

#### São Paulo

Airton Soares — PMDB; Darcy Passos — PMDB; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; José Genoino — PT; Pacheco Chaves — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB, Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PDC; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB, Wolney Siqueira — PFL.

#### Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Milton Figueiredo — PMDB

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

#### Paraná

Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Oscar Alves — PSC; Paulo Marques — PMDB, Pedro Sampaio — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Evaldo Amaral — PFL; Luiz Henrique — PMDB; Pedro Colin — PFL.

#### Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Guido Moesch — PDS; João Gilberto — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Oly Fachin — PDS; Pedro Germano — PDS.

#### Roraima

João Batista Fagundes — PMDB

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Declaro aberta a presente sessão, que, atendendo a requerimento do nobre Deputado Pimenta da Veiga, se destina a homenagear, solenemente, a memória do Presidente Juscelino Kubitschek, pelo transcurso do 10º aniversário do seu falecimento

Convido o nobre Deputado Humberto Souto, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, a participar da Mesa. (Pausa.)

*(O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO SE DIRIGE À MESA E TOMA ASSENTO À ESQUERDA DO SR. PRESIDENTE JOSÉ FRAGELLI.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pimenta da Veiga, que falará em nome da Câmara dos Deputados

**O SR. PIMENTA DA VEIGA** (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Con-

gresso Nacional, Senador José Fragelli; Sr. Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Deputado Humberto Souto. Srs. Ministros de Estado; Srs. Embaixadores; Srs. Presidentes de Tribunais; D. Sarah Kubitschek. Sr. Luciano Pereira, primeiro administrador do Catetinho; Srs. Congressistas, minhas Senhoras e meus Senhores, há dez anos, no dia 22 de agosto de 1976, o Brasil perdia um dos administradores mais competentes de sua História, um dos seus mais brilhantes e fecundos organizadores políticos, um grande estadista que se tornou conhecido além de nossas fronteiras pelo muito que realizou, e, certamente, também pelo muito que sonhou.

Juscelino Kubitschek de Oliveira disse certa vez, referindo-se a Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, que "ele viveu pelo menos meio século adiante de seu tempo e mais de cem anos à frente de seu meio".

Essas palavras de Juscelino podem aplicar-se, com toda a justiça, a ele próprio. E é por isso que se torna tão difícil, senão impossível para nós, avaliar nesse momento o que a Nação perdeu com o desaparecimento trágico desse homem que gostava da vida e de seus semelhantes, e por isso, como costumava dizer, doou-se à luta pelo desenvolvimento do País como forma de erradicar a miséria e tornar felizes seus habitantes.

Como conceber o que Juscelino poderia estar fazendo hoje pelo seu País, em plena maturidade, com sua admirável experiência de homem público, de administrador, de político, de estadista, de visionário? Como imaginá-lo hoje em plena luta, abrindo novos horizontes para o Brasil, ele que sempre soube enxergar além dos horizontes do seu tempo e do seu meio?

É, portanto, difícil, para nós igualmente, registrar em toda a sua verdadeira grandeza o pesar que todos nós sentimos quando há exatamente dez anos Brasília prestava sua derradeira e emocionante homenagem a Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Jamais nos esqueceremos dessas cenas, dessa visão grandiosa de uma cidade que converge em massa ao encontro do seu fundador. De uma maneira espontânea, quase mágica, milagrosa, a população, em plena vigência do Ato Institucional nº 5, saiu, às ruas, ignorando as ameaças, a repressão, o autoritarismo, e disposta a resgatar, pelo menos por algumas horas, a liberdade e a democracia com que sempre sonhou Juscelino para nosso País, como se o pesar e a dor, como se essas forças misteriosas da natureza de repente tornassem claro para o povo que um grande defensor da legalidade não devesse, não fosse obrigado a sofrer o derradeiro desrespeito de ser enterrado num clima de repressão e de autoritarismo. Por isso, por algumas horas, o ar de agosto em Brasília, seco, árido, silencioso, tornou-se brisa de liberdade, sopro de esperança. Um jornal escreveria:

"A despeito do impedimento previsto pelo AI-5 a qualquer movimento de massa em torno de elemen-

- tos punidos pelo Governo militar, a morte de Juscelino desencadeou ostensiva manifestação popular em seu louvor (...) Em Brasília, 30 mil pessoas aguardaram a chegada do corpo do ex-Presidente e uma multidão de cem mil pessoas, seguiu o féretro desde a catedral até o cemitério do Campo da Esperança, entoando durante o percurso, de oito quilômetros, além do Hino Nacional, o Peixe-Vivo, canção do folclore mineiro pela qual Juscelino tinha especial preferência."

Foram algumas horas de luto e de pesar, mas também de liberdade e de vida; a multidão estava de coração ferido, mas cantava e pressentia a esperança. E de novo esse ex-médico para quem a vida sempre deveria triunfar sobre a morte, de novo esse visionário silenciado falava a seu povo sobre o futuro e era ouvido.

O féreto de Juscelino anunciaria assim, por uma antecipação de quase dez anos, esses movimentos dos nossos dias, esses gestos recentes da multidão solidária, que ocupou as ruas e as praças do Brasil para desafiar o regime autoritário e finalmente acabar com ele. Juscelino teria estado conosco nos comícios, na organização da resistência, na reconstrução do País. Ele estaria dizendo de novo:

"É uma luta entre forças de progresso e forças de regresso, e eu sou um homem do futuro, e não do passado."

Essa maneira de pensar como homem do futuro, e não do passado, está rigorosamente inserida na vida de Juscelino, faz parte inseparável da sua visão do mundo e da sua ação como administrador e como organizador político. Para ele pensar como homem do futuro é, sobretudo, uma maneira fundamental de situar-se como homem de seu tempo e como continuador de uma longa tradição no continente, de grandes pioneiros, de desbravadores, libertadores, bandeirantes e visionários. Ele escreveria num de seus discursos:

"Ao século XVIII coube a afirmação do espírito de autonomia local. Ao século XIX, a realização e consumação da independência política. A nós homens deste Governo e deste século XX, tocou-nos o destino privilegiado de conquistarmos para o Brasil a emancipação econômica."

E acrescentaria, em seguida:

"É esta a tarefa, a causa, a campanha nacional da nossa geração e do nosso século."

Pensar, portanto, como homem do futuro, significava para Juscelino abrir-se em permanência ao novo, aproveitando as lições do passado e imprimindo à administração do presente uma maneira nova de fazer política e de governar:

"Tarefa — dizia ele — que nos convida a um outro estilo de vida, bem diverso desse em que insiste em viver parte considerável de nossa elite."

Essa adesão ao novo como princípio de administrar e de fazer política, fez recair sobre Juscelino as críticas mais ásperas e injustas, a incompreensão, a intolerância e mesmo o ódio de seus adversários. Mas ele já havia imaginado para si um destino de pioneiro e tinha plena consciência de que inovar e mudar são, com frequência, tarefas de sacrifício e de incompreensão, são parte inseparável da vida voltada para os ideais superiores, para a grandeza.

Sua passagem fulgurante pela Prefeitura de Belo Horizonte lhe consolidaria, precocemente, uma reputação de grande administrador, e ela foi marcada por um escândalo religioso e estético sem precedentes na história moderna de Minas.

A construção de uma capela em homenagem a São Francisco, com projeto de Oscar Niemeyer e pinturas e afrescos de Cândido Portinari, suscitou uma polêmica que durou 17 anos, tempo necessário para que as pessoas, vivendo do passado ou do presente sem inovação, se acostumassem com as novas linguagens da arquitetura, e para que a Igreja considerasse que, longe de uma provocação inconsequente, ali estava erigida uma comovedora, porque ousada e inovadora declaração de fé de um administrador católico nos destinos de seu País e de seu povo, ali estava um símbolo concreto do novo.

O estudante pobre de Diamantina, pelos seus próprios meios e esforços, torna-se médico, depois Deputado, Prefeito, Deputado Constituinte, Governador, Presidente do Brasil.

E jamais abdicou das tarefas de inovar, de ousar, de contrariar o que está posto e acabado, desde que isto implicasse um passo em frente, um avanço sobre o passado e o presente e mesmo sobre o futuro do seu querido País. Podemos reverter para ele próprio as palavras que escreveu sobre outro grande mineiro a quem admirava, Mariano Procópio:

"Não se contentou com o pouco, com o precário, com o relativo — não fez uma estrada para servir durante algum tempo, não plantou couve, mas um grande carvalho."

Se insisto neste aspecto de fidelidade ao novo, é porque considero que ele constitui o tecido vivo que permeia e dá unidade e coerência à vida e à obra de Juscelino, e porque aceitar mudanças e transformações fundamentais ao desenvolvimento do País significava e continua significando, até hoje, entre nós, coragem, determinação e até mesmo risco da própria vida.

Poderia desfilarmos um rosário das realizações do grande administrador Juscelino Kubitschek, desde a prefeitura de Belo Horizonte à Presidência da República. Contento-me em citar-vos uma avaliação de sua administração, feita por outro grande brasileiro, o Sr. Francisco Clementino de San Thiago Dantas, que afirmava em 1959:

"O Governo do Sr. Juscelino Kubitschek enfrentou, com método e eficiência até agora não conhecidos entre nós, os problemas econômicos e tecnológicos do desenvolvimento. Os trabalhos do Conselho do Desenvolvimento Econômico constituem o mais considerável e valioso esforço feito em qualquer país subdesenvolvido para sistematizar o estudo dos problemas de base da economia nacional e dar-lhes soluções práticas e adequadas."

Esse trecho resume, admiravelmente, o que poderia ser a concepção do desenvolvimento formulada por Juscelino. Tendo viajado, tendo percorrido a maioria dos países desenvolvidos em vários continentes, ele não se conformava com que o Brasil permanecesse, com sua dimensão continental, com suas imensas riquezas desconhecidas e seu povo tão generoso, à margem das conquistas mais modernas da revolução industrial.

Não faltavam ao País apenas estradas, energia, transporte, mas também, capitais, pessoal especializado e sobretudo uma administração competente, moderna, que promovesse a aproximação entre os intelectuais e a grande maioria da Nação, que conseguisse unir o conhecimento à ciência, à realidade, e isto de modo dinâmico, para recuperar o tempo perdido, para avançar, em cinco anos, cinquenta.

Planos, metas, administração competente poderiam transformar-se num monstro burocrático que, em vez de promover o bem-estar do povo, se voltasse contra ele — como aconteceria mais tarde.

Juscelino tinha plena consciência disso. Não queria, como apregoava, "planos para as gavetas burocráticas, mas para serem executados ao ar livre, sem hiatos ou desfalecimentos, ao mesmo tempo com rigor científico e ímpeto bandeirante".

Juscelino não imagina, portanto, um país governado por burocratas, muito menos por uma elite distanciada do povo, dos problemas concretos, e não concebia o desenvolvimento como obra em circuito fechado.

Pelo contrário, raros liberais como ele, na história recente de nosso País, foram tão fiéis ao pleno funcionamento do regime democrático, que garantisse a liberdade e a participação dos cidadãos, o contencioso, o divergente, a crítica justa, ou mesmo injusta.

Raros liberais, como ele, formularam essa relação entre a administração e o povo como uma relação de plena liberdade: "a consolidação da liberdade é hoje uma obra política criadora", diria Juscelino como Presidente".

Constituinte em 1946, era defensor intransigente da legalidade, da Constituição. E depois de ter sofrido uma violenta e mesquinha campanha contra a sua posse, Juscelino, uma vez vencida a crise e empossado, diria como Presidente em 1956:

"O culto da infalibilidade do Poder está derrogado. O Poder se sujeita a erros e Deus sabe quantas

vezes tem errado o Poder em nosso país. Todas as vezes que me convenci de que não foi feliz um ato meu, de que uma escolha por mim feita não foi boa para o País, sempre o corriji, sempre o reparei, sempre voltei atrás."

Palavras comoventes: quantos chefes de Estado no Mundo poderão orgulhar-se de ter reconhecido publicamente que erraram ou, principalmente, que voltaram atrás em seus erros? No entanto, para Juscelino, isso fazia parte de sua concepção do desenvolvimento, uma maneira concreta de relacionar-se com o povo, de não negá-lo nos atos de decisões da administração, de manter-se aberto à liberdade e à democracia.

"Não se aperfeiçoou o funcionamento dinâmico da democracia, dizia Juscelino em 1956, com a implantação estática de uma ditadura ou de um regime de exceção."

O funcionamento dinâmico da democracia, na concepção de Juscelino, é obra da atividade política, porque implica, sobretudo, em aceitar o pluralismo das idéias e também em aceitar idéias novas, sem as quais o desenvolvimento do País se fixaria, torna-se-ia estático, por consequência, se asfixiaria.

Cabe, então, à atividade política, representar, mediar, permear o conjunto dos interesses sociais, dirimindo os conflitos, encaminhando os projetos, governando em fim com a legitimidade adquirida nas ruas.

Juscelino sentia-se, pois, um político antes de tudo. Sempre que podia, procurava, como tarefa pedagógica, fazer esquecer o grande administrador que ele era, para afirmar o primado da atividade política sobre outras práticas sociais. Uma vez eleito presidente, discursaria afirmando.

"Enganam-se os que pensam que eu quero a permanência no Governo apenas para a realização de um programa administrativo. Na verdade, tenho e trouxe para o Governo uma política."

Essa política, como o sabemos, consistia para ele na restauração, no País, da ordem militar, da ordem administrativa, da ordem moral, da ordem dos espíritos e, bem entendido, da ordem política. A atividade política torna-se, assim, atividade por excelência de ordenamento, de organização da sociedade por quem de direito: os representantes eleitos pelo povo. Ninguém como ele se angustiava com o funcionamento do regime democrático no País, ninguém como ele conhecia-lhes as imperfeições, e ninguém como ele entregou-se inteiramente, prazerosamente, à tarefa de defendê-lo como o melhor dos regimes que ainda conhecemos, de defender o pluralismo dos partidos, das diversas correntes políticas e mesmo de defender o direito às divergências no seio do próprio Governo. Disse ele como Presidente:

"Não se tome por omissão ou falta de unidade e orientação do Poder Executivo o fato de se estabelecer debates e se tornarem públicas algumas divergências doutrinárias no Congresso, pois tal espetáculo, em verdade, quando se trata de idéias e manifestações de espírito público, representa antes um sinal de vitalidade democrática."

Em todos os seus discursos há uma coerência significativa para a saúde e a própria existência da atividade política, Juscelino não ameaça, Juscelino não argumenta com o medo, Juscelino entrega-se inteiramente à tarefa de apaziguar os espíritos, esfriar os ânimos exaltados pela paixão política, de anistiar os que tramaram contra seu Governo, de portar-se com grandeza diante das críticas injuriosas e das calúnias.

Falando como Presidente, no Supremo, ele enfatizava:

"Encontro-me como sempre, no senhorio de mim mesmo, de nervos dominados, de olhos tranquilos, com uma fisionomia que só reflete decisão, serenidade e paz interior."

Na grande maioria dos pronunciamentos de Juscelino havia essa necessidade de chamar a atenção sobre o seu estado de espírito, sobre seu entusiasmo, sua paz interior. Porque isso faz certamente parte de seu ideário político, de sua concepção da atividade política como uma relação de unidade entre a vida pessoal e a organização da sociedade.

A atividade política era para Juscelino, na teoria como na prática, uma entrega pessoal a uma causa, a do desenvolvimento e da grandeza do Brasil. Havia algo de reli-

gioso nessa entrega, transparecia nele essa impressão de ter ouvido algum chamado de forças divinas, misteriosas, que levaram o médico a tornar-se político e que se dava à política com alma de missionário:

"Jurei defender a independência, a soberania, os interesses nacionais do Brasil. E a esta tarefa estou dedicado inteiramente, esquecido de mim mesmo e de tudo o que haja em mim de pessoal."

E mais tarde acrescentaria:

"Fiz voto de dedicar-me à grandeza do meu País."

Essas considerações de Juscelino são, como já dissemos, inseparáveis do que ele concebia como a atividade política. Porque sem essa entrega total, sem esse entusiasmo pela atividade que se abraçou por vocação e vontade, a política torna-se com frequência o lugar da polítrique, dos apetites mesquinhos, da negação do prazer de criar, "criar e criar sempre, e imaginar a criação".

Ora, Juscelino concebia a política como uma intensa atividade de criação permanente, e tinha consciência de que como político, estava possuído dessa energia dos artistas, dos poetas e dos visionários que torna possível também fazer avançar o mundo.

Platão dizia que "os políticos relativamente bons são guiados não pelo conhecimento ou pela sabedoria, mas por uma espécie de inspiração semelhante à do vidente e do poeta".

Juscelino não era, decisivamente, um político apenas relativamente bom, era um político excepcional por compreender que o desenvolvimento de um país conduzido pela atividade política, supõe necessariamente a energia, a inspiração semelhante à dos videntes e dos poetas, mas igualmente, nos nossos tempos, a contribuição do conhecimento e da ciência colocados a serviço do bem-estar coletivo.

"A política, dizia Juscelino, está sempre presente em qualquer assembleia, quando fixada no sentido superior da arte de reger os destinos dos homens e ciência de promover o bem comum da sociedade."

Inaugurando as barragens de Três Marias, em Minas Gerais, ele voltaria a reafirmar essa relação entre a arte, a criação e a política dizendo:

"Este é um ato criador, uma medida política que modificará o aspecto econômico de uma região importantíssima para nossa terra."

Cabe, sem dúvida nenhuma, à atividade política conduzir o País aos seus mais altos destinos, cabe-lhe orientar a administração a fim de que ela se torne dinâmica e tenha condições de induzir o desenvolvimento.

Cabe-lhe ainda — o que é uma concepção muito avançada para a sua época — tornar felizes os homens, torná-los menos violentos, menos odiosos, menos autoritários.

Cabe, por consequência, à atividade política, além de organizar o desenvolvimento, ser uma espécie de fonte permanente de juventude e de contentamento.

E Juscelino afirmaria com entusiasmo:

"A beleza, o encanto, a força misteriosa da juventude é que ela não é apenas uma idade. É um estado de espírito. Somos sempre jovens quando dentro de nossos corações não se extinguem a fé, a confiança, o desinteresse, o devotamento às grandes causas, os dons de olhar para a frente sem arrogância, sem medo, sem ódios."

Foi neste estado de espírito que viveu. Mas quando chamava a atenção para seus nervos dominados, seus olhos tranqüilos, sua fisionomia de serenidade, não era para se vangloriar, não eram palavras para induzir a qualquer messianismo, a qualquer culto da personalidade. Era sua maneira particular e nova de demarcar-se dos autoritários, dos déspotas, dos ditadores. Era sua forma, ousada e direta, de mostrar que estava em paz com sua vida e seu destino, que o aceitava com prazer, que era um homem que gostava da vida. Era, portanto, a vida seu maior interesse, e o desenvolvimento que ele imaginava para o Brasil era o processo, por excelência, para oferecer aos brasileiros a possibilidade de uma vida mais feliz.

Um processo como esse não comporta a violência, o uso da força, o desrespeito à lei, o arbítrio, mas exige nervos dominados, olhos tranqüilos, fisionomias sere-

nas. Exige pessoas desarmadas, munidas do conhecimento e da criatividade, de uma grande disposição, de um enorme entusiasmo, de um amor sem medidas pela luta que aceitou. E Juscelino gostava de repetir:

"Estou empenhado, apaixonadamente, nesta luta."

Coerência, portanto, necessária da vida com a atividade política, do que se diz com o que se faz. Coerência que os brasileiros, cada vez mais conscientes, começaram a cobrar de seus representantes. E isso permitirá um aperfeiçoamento sensível, o surgimento de uma qualidade nova no sistema político da qual dependerá, cada vez mais, sua credibilidade junto ao povo, sua capacidade de organizar-lhes e defender-lhes os direitos, sua competência para orientar o desenvolvimento do País, diminuir as nossas imensas disparidades sociais. Uma qualidade que tornará possível à atividade política viabilizar em nosso País a democracia e as liberdades fundamentais do indivíduo.

Srs. Congressistas, minhas Senhoras e meus Senhores, associo, neste momento, minha homenagem pessoal à de meu partido à Juscelino Kubitschek de Oliveira. Permito-me citá-lo ainda uma derradeira vez, quando, referindo-se ao Barão de Mauá, afirma:

"Glorifica um falido, um homem extraordinário, que sofreu campanhas memoráveis, que foi negado e renegado muitas vezes, que padeceu, que se arruinou e foi culpado por ter agido na hora que não era propícia às grandes personalidades, como ele o foi;"

São palavras que gostaríamos de fazê-las nossas. E permito-me acrescentar ainda: glorifica um homem que, nos deixando há dez anos, continua nos falando por suas realizações, pela sua maneira nova de pensar e viver a atividade política, por seu entusiasmo e fé no desenvolvimento do Brasil, por sua grandeza pessoal, por sua alegria de viver.

Dona Sara Kubitschek, o Brasil agradece-lhe o empenho, a determinação, o carinho com que se devotou a tornar conhecida às novas gerações a obra grandiosa de Juscelino.

Suas filhas, Márcia e Maristela, estão em condições de continuá-la, de imprimir-lhe um novo sopro de vida e de energia criadora. Ninguém melhor que vós, Márcia e Maristela, está capacitado a realizar essa tarefa, ninguém melhor que vós está identificado com a alma desta cidade, que foi para vosso pai a meta-síntese de suas realizações e de seus sonhos de um novo Brasil.

Ninguém melhor que vós poderá compreender essas palavras de Jorge Luís Borges sobre a vontade de viver, e que me parecem escritas sobre a obra de vosso pai:

"Há algo que quer viver, algo que abre seu caminho através da matéria, ou apesar da matéria. Esse algo que concebe o mundo como desejo de ressurreição."

Minhas Senhoras e meus Senhores, não quero fazer desta homenagem um momento de pesar e de melancolia. Permito-me perguntar, como o grande poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade: "As almas passam na fotografia?" E permito-me responder como o poeta: "A tua vislumbre. E ela sorria."

É essa a imagem que, acreditamos, faz justiça ao homem e à sua alegria de viver e de trabalhar pelo Brasil. É essa a imagem com que nos acostumou Juscelino. É esta a imagem que queremos guardar dele.

Muito obrigado! (Palmas. O orador é cumprimentado).

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Arno Damiani, que falará em nome do Senado Federal.

**O SR. ARNO DAMIANI (PDS — SC.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Fragelli, Srs. Ministros de Estado, Srs. Diplomatas, autoridades presentes, Srs. Congressistas, meus Senhores e minhas Senhoras.

A história de Juscelino Kubitschek de Oliveira se confunde, durante cerca de três décadas, entre 1930 e 1976, com a própria História do Brasil. De Prefeito de Belo Horizonte, cargo a que ascendeu depois da Revolução Liberal, até a Presidência da República, sua singular atuação marca uma brilhante trajetória, tanto no Legislativo como no Executivo.

Na Câmara dos Deputados, como constituinte de 1946, Juscelino Kubitschek de Oliveira procurou ter uma atuação discreta, diante de luminárias figuras do cenário político brasileiro, talhados para compor aquele Colegiado, que foi o mais representativo da cultura brasileira, em todos os tempos.

Já nesta Casa, Juscelino preferia as articulações políticas, como um dos mais importantes líderes do PSD, partido que ajudou a fundar em Minas Gerais, nos idos de 1945, quando, então, uma verdadeira rebelião das elites procurava depor seu chefe e amigo, o Presidente Getúlio Vargas.

Embora fosse marcante sua presença no Legislativo, não tanto pela apresentação de proposições, pelo encaminhamento da Ordem do Dia ou pelos discursos do Grande Expediente, mas pelo seu magnetismo pessoal, pelo seu temperamento extrovertido e até pela "conversa ao pé de ouvido", tão a gosto dos mineiros, aparecia, no plenário, como verdadeiro líder, com sua afabilidade e o seu carisma, o riso franco, o abraço espontâneo, a palavra fácil, a insuperável experiência política.

Ainda quando Prefeito de Belo Horizonte essas qualidades já o destacavam entre os administradores e políticos, movendo ampla popularidade, que se refletiria nas suas votações expressivas para a Câmara dos Deputados e para a Presidência da República, entre 1945 e 1955, dez anos luminosos, dos mais belos na história republicana.

Mas foi na Presidência da República, durante cinco anos, que esse formidável governante projetou, na opinião pública, uma imagem inesquecível, não havendo hoje quem, jovem ou velho, não se lembre de sua figura ou não tenha ouvido falar dele, principalmente pelas iniciais JK.

Foi Francisco Delano Roosevelt o primeiro homem do mundo ocidental conhecido pelo povo norte-americano pelas três iniciais do seu nome, F.D.R. Em nossa história foi Juscelino Kubitschek, também, o primeiro político brasileiro a ser nomeado pelas iniciais, em todo o País.

Nascido em Diamantina, a 12 de setembro de 1902, era filho do caixeiro viajante e delegado de polícia João de Oliveira e da professora primária Júlia Kubitschek, a quem idolatrava e que exerceu maior influência sobre a sua formação.

Casou-se com Da. Sarah Kubitschek, tendo como sogro Jaime Lemos, comerciante, Deputado Federal, Juiz de Paz, Presidente da Câmara e Agente Executivo no Município mineiro de Passos.

Formou-se em Medicina pela Universidade de Minas Gerais em 1927, foi a Paris fazer curso de especialização em 1930, regressando a Belo Horizonte e exercendo, como primeiro-tenente, as funções de médico da polícia mineira, tendo assumido o posto de capitão-médico na revolução de 1932.

Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, entre 1933 e 1934, ocupou a Secretaria do Partido Progressista, entre 1935 a 1937, assumindo a Prefeitura de Belo Horizonte em 1940. Foi Secretário do Partido Social Democrático — PSD mineiro de 1946 a 1951.

O último cargo público que exerceu, de 1963 a 1964, foi o de Senador da República, pelo Estado de Goiás.

Brasília foi a sua obsessão cívica.

Assumindo com o povo goiano o compromisso de construí-la, não o esqueceu, desde o primeiro dia como Presidente da República, até o encerramento de seu mandato.

Contando com o dinamismo e a capacidade de trabalho de abnegados colaboradores, Juscelino conseguiu construir esta cidade em cinco anos. Quem olha as suas proporções monumentais custa a crer nesse maravilhoso desempenho.

Mas Juscelino era um homem de crença, disposto a eliminar do dicionário político e administrativo a palavra "impossível".

Hoje, Brasília está sediando os Três Poderes da República, enquanto, prevista sua população para 600 mil habitantes no fim do século, deverá chegar a mais do que o triplo, ainda nesta década, estimando-se em cinco milhões de habitantes no primeiro cartel do século XXI.

Se outros países mudaram sua capital, a começar pelos Estados Unidos, quando construiu Washington, essa transferência de sede política não foi rápida como a nossa, considerada Brasília a "obra do século".

Mas não foi apenas Brasília.

Juscelino construiu e pavimentou mais estradas do que os seus antecessores; pôs a funcionar os estaleiros nacionais, praticamente inermes desde o Império; instalou a indústria automobilística, uma das maiores do País; iniciou a instalação da indústria aeronáutica, construiu as grandes Centrais Elétricas de Furnas e Três Marias; rompeu relações com o Fundo Monetário Internacional, pagando a conta do desenvolvimento com o esforço do povo brasileiro.

Essas tarefas ciclópicas mostram a grandeza de Juscelino Kubitschek de Oliveira

Mas a sua maior preocupação foi com Brasília, tanto que os cinco volumes de memórias que deixou escritos "Porque construiu Brasília" e "Minha caminhada a Brasília" falam sobre a cidade dos seus sonhos, que eram os mesmos sonhos da inconfidência e dos homens que, como José Bonifácio, fizeram a independência do nosso País.

Ao homenagear a memória desse grande vulto — que Minas Gerais presenteou ao Brasil, num dos mais explosivos momentos da nossa história, depois do suicídio de Getúlio Vargas — queremos que toda a Nação se curve reverente diante dessa figura imortal, que colocou o País na estrada real de seu destino, em busca da projeção internacional que merece e da felicidade de seu povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Sr. Presidente da Câmara, em exercício, Sr. Núncio Apostólico, Srs. Ministros de Estado, Srs. Embaixadores das nações amigas, Sr. Governador do Distrito Federal, Srs. Presidentes e Membros dos Tribunais Superiores, Sr<sup>a</sup> Sarah Kubitschek; Minas Gerais e, mais especificamente, Diamantina moldaram o caráter e a rica personalidade de Juscelino Kubitschek. Ao percorrer o Brasil no início do século XIX, Saint-Hilaire teve oportunidade de escrever estas palavras: "Encontrei no Tijuco — nome antigo de Diamantina — mais ilustração que em todo o Brasil, mais gosto pela leitura e um amor mais vivo pela instrução". Minas é, como se sabe, uma criação das Bandeiras paulistas. Mas, cessado o Ciclo da Mineração, o mineiro transformou-se em agricultor e pecuarista, tornando-se, em geral, um cauteloso homem dos campos. A mineração sobreviveu, entretanto, nas terras altas e pedregosas de Diamantina. Daí haveria de surgir, com o espírito de aventura dos primitivos mineradores, o bandeirante do século XX Juscelino Kubitschek. Do pai herdou o espírito inquieto e alegre, e da mãe, professora primária, o amor às letras e o espírito de luta. O grande homem de

sua família, que lhe serviu de inspiração e modelo, foi o seu tio-avô, o Senador João Nepomuceno Kubitschek, que ocupou, como Vice-Presidente, o Governo de Minas; também poeta, autor de um poema famoso, "Ermengarda".

A casa de Juscelino está em Diamantina a atestar a pobreza que teve de enfrentar na infância como órfão de pai. "A paixão pela leitura assaltou-me na Diamantina da minha adolescência", diria Juscelino. Impressionou-se com o júri, onde a voz se expandia estremecendo o pretório, com o púlpito que espalhava pelo vão das naveas as centelhas do verbo. Daí a sua admiração pelo discurso, que considerava fator indispensável ao sucesso de uma vocação política. Assim, indicou seus mestres na palavra, Vieira, Rui e Montalverne, sobre os quais dizia: "Tinham-me revelado o néctar da eloquência; também ajudaram-me e pude desatar a língua, que desatada ficou por várias décadas". "Parte da minha vida ocupei-a nas tribunas" — diria mais tarde. E confessava: "Nunca iniciei tranqüilo uma oração".

Eleito Deputado à Constituinte de 1934, Juscelino, curiosamente, não deveu à sua atuação parlamentar, que foi discreta, o seu êxito político. Nomeado Prefeito de Belo Horizonte num período de estagnação administrativa no Estado, conseguiu, entretanto, chamar sobre si a atenção do País. Abriu uma avenida de 12 quilômetros, do centro da cidade à represa da Pampulha, deixando cinquenta metros de cada lado para ampliação futura; pavimentou a estrada de contorno da represa.

Descobridor de Niemeyer, Burle Marx e Portinari, com a colaboração desses hoje famosos artistas, construiu na Pampulha um cassino de vidro e espelhos, agora museu, uma casa de baile, o Iate Clube e a Igreja de São Francisco. Sua atuação foi, desde essa época, objeto de polêmica. A Igreja, rejeitada durante anos pelas autoridades eclesiásticas como um templo extravagante, no entanto atraiu milhões de turistas, que parecem concordar com a frase romântica de Juscelino: "Poema que a luz do sol aquece e que as estrelas incansavelmente velam, seja-me lícito dizer-vos, é o conjunto arquitetônico da Pampulha". Eleito governador, tornou-se famoso com o binômio energia e transportes, que sintetizou todo o seu programa.

Tinha o dom da comunicação com o povo, a tal ponto que sua adversária Rachel de Queiroz escreveu que ele poderia muito bem exercer o papel de rei da noite.

Eleito Presidente da República, seus cinco anos foram um interregno de paz procedido e sucedido por períodos de grave instabilidade institucional. Ousou dar ao País

uma nova dimensão de grandeza, ao povo um acrescido sentimento de poder. Juscelino confiava no diálogo, no entendimento, na magnanimidade e, sobretudo, no poder da vontade como um instrumento de decisão corajosa e de ação construtiva. Daí a energia indomável e persistente com que idealizou e construiu Brasília.

Sacudiu o Brasil de norte a sul. "Acordei o gigante", dizia em entrevista a Marcelo Coimbra Tavares, em 1960. Afirmando que nesse ano seis milhões de quilômetros quadrados no País ainda se encontravam desertos abandonados, abriu os 2.200 quilômetros da Belém — Brasília, ligou, por rodovia asfaltada, Brasília a São Paulo e Rio de Janeiro; ligou São Paulo a Belo Horizonte através da Rodovia Fernão Dias; represetou, em Três Marias, sete vezes o volume da baía de Guanabara; introduziu no País a indústria naval e o automobilismo.

A obra de JK foi a vitória da poesia sobre o cálculo.

Quando teve os direitos políticos cassados e a Academia Brasileira de Letras lhe recusou uma de suas cadeiras, os mineiros, dando uma demonstração de cavalheirismo, que os distingue e de que ele era um exemplo, elegeram-no, por unanimidade, para a Academia Mineira de Letras. Dominada por seus adversários políticos, um deles, Pedro Aleixo, aceitou fazer a saudação. Falecendo Pedro Aleixo, foi encarregado de recebê-lo o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que proclamou: "Sois o poeta da ação".

O discurso de posse de Juscelino, do qual já transcrevi vários trechos, é uma das mais belas obras da eloquência brasileira.

Enquanto outros governantes latino-americanos ficaram unidos e presos à idéia de cadeia, Juscelino Kubitschek é lembrado quando se ouve uma velha canção da sua terra. "O Peixe Vivo".

"Se é verdade que jamais tive a ventura de compor rimas" disse ele ao ingressar na Academia Mineira de Letras, "concebi e fiz executar projetos que são monumentos imperecíveis, sem dúvida criações poéticas pela graça e pela concepção artística".

Epopéia. Quem ousará negá-lo? É Brasília nas estrofes de cristal.

Esse é o homem que o Senado Federal e o Congresso hoje homenageiam. A Capital da Esperança, em cujo mais alto ponto agora ele repousa, é um monumento do Brasil a um dos seus grandes, maiores Presidentes. (Palmas.)

Agradecendo às autoridades que nos honraram com o seu comparecimento, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 14 minutos.)

## Ata da 132ª Sessão Conjunta, em 19 de agosto de 1986

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. José Fragelli

##### Rondônia

Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PFL.

##### Pará

Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL.

##### Maranhão

Edison Lobão — PFL; José Burnett — PDS.

##### Piauí

Freitas Neto — PFL.

##### Ceará

César Cals Neto — PDS; Flávio Márcilio — PDS; Furtado Leite — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB.

##### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Vingt Rosado — PMDB.

##### Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Octacílio Queiroz — PMDB; Paulo Xavier — PFL; Tarcísio Burity — PTB.

##### Pernambuco

Geraldo Melo — PMDB; José Jorge — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PCB.

##### Alagoas

Oséas Cardoso.

##### Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB.

#### ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — César Cals — Amir Gaudêncio — Maurício Leite — José Urbano — Nivaldo Machado — Alair Coutinho — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Severo Gomes — José Fragelli — Arno Damiani — Octávio Cardoso.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PMDB

##### Amazonas

José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL; Ubaldo Meirelles — PFL.

**Bahia**

Elquisson Soares — PDT; Felix Mendonça — PTB;  
Gorgônio Neto — PMDB; João Alves — PFL.

**Espirito Santo**

Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB.

**Rio de Janeiro**

Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT;  
Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB;  
Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Lázaro Carvalho — PFL; Walter Casanova — PTR.

**Minas Gerais**

Altair Chagas — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL;  
Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

**São Paulo**

Airton Soares — PMDB; Darcy Passos — PMDB;  
Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB;  
José Genoíno — PT; Pacheco Chaves — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS;  
Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PDC;  
Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

**Mato Grosso**

Cristino Cortes — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Saulo Queiroz — PFL;  
Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Oscar Alves — PSC; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Evaldo Amaral — PFL; Luiz Henrique — PMDB; Pedro Colin — PFL.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Müller — PDT; Guido Moesch — PDS; João Gilberto — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Oly Fachin — PDS; Pedro Germano — PDS.

**Roraima**

João Batista Fagundes — PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 17 Senhores Senadores e 97 Senhores Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a Sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Raul Bernardo.

**O SR. RAUL BERNARDO** (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador José Fragelli, Srs. Congressistas, é grande o volume de correspondência que tenho recebido, como Deputado Federal e Vice-Líder do meu partido, o Partido Democrático Social, em meu gabinete na Câmara dos Deputados, e em meu escritório, em Belo Horizonte, Capital de Minas Gerais.

Quatro dessas correspondências tenho aqui em minhas mãos. A primeira delas é da Associação os Fiscais de Minas Gerais, subscrita pelo seu presidente, Antônio Nogueira Vaz de Melo, e da Associação dos Servidores do SINPAS/MG, subscrita pela sua Presidenta, Sra. Teresinha Hannas Guimarães, informando existir em meu Estado cerca de 4 mil servidores aposentados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, fato que motivou a fundação da Associação dos Servidores Aposentados do SINPAS de Minas Gerais, cujo objetivo precípua será a defesa da categoria que, desde o mês de fevereiro de 1985, vem sendo aviltantemente alijada das vantagens concedidas aos servidores em atividade. Na referida correspondência juntam um demonstrativo que bem atesta a referência que fazem e a solicitação que formulam a este representante do povo mineiro.

A segunda correspondência, Sr. Presidente, parte da Delegacia do SINTTEL de Minas Gerais, sediada em Varginha, e diz o seguinte:

“Varginha, 1º de agosto de 1986

Ilm. Sr.

Deputado Raul Bernardo N. de Senna

Sabedouras que somos da luta que V. Sª vem empreendendo em prol de nossa classe, estamos manifestando nossa gratidão e admiração.

Estamos também solidárias com vossa luta, como V. Sª tem sido com a nossa.

E pedimos mais uma vez a colaboração de V. Sª no sentido de que possa ser aprovada em plenário a nossa reivindicação de aposentadoria com 25 anos de serviço, independentemente da barreira da idade.

Já enviamos ao Congresso um abaixo-assinado com a reivindicação supra, e nas mãos de V. Sª se encontra a solução dos nossos problemas mais prementes.

Contamos mais uma vez com seu apoio, comprometendo-nos, também, a continuar a apoiá-lo.

Antecipadamente gratas, somos, Telefonistas de Varginha — MG.”

Esta correspondência, Sr. Presidente, é subscrita por 127 integrantes do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de Minas Gerais.

A terceira correspondência, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, subscrita pelo Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Minas Gerais, Muriaé, Sr. Jorge Ribeiro, pede-nos a intercessão para agilizar a tramitação e a aprovação do Projeto de Lei nº 6.655/85.

Por fim, foi-nos dirigida pelo Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais correspondência em que a Presidenta Elizabet Dias de Sá, juntando cópia de documento entregue às Lideranças dos diversos partidos na Câmara Federal, solicita nossa solidariedade e empenho no sentido de promover a votação e aprovação do Projeto de Lei nº 2.639/83, que trata do piso salarial da categoria dos psicólogos, ainda este ano.

Irmanamo-nos com as idéias e solicitações destas correspondências, fazendo coro para que tudo ocorra de acordo com o pedido pelos missivistas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Esgotou-se no dia 11 de agosto o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para deliberação do Congresso Nacional sobre o Projeto de Lei do Senado nº 201, de 1985 — Complementar (nº 357/85 — Complementar, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que cria o Estado do Tocantins e dá outras providências.

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, o veto é considerado mantido.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fregelli) — A Presidência comunica que, não tendo sido apreciados no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, o Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1986-CN, referente ao Decreto-Lei nº 2.185, de 1984, e a Mensagem Presidencial nº 40, de 1986-CN, referente ao Decreto-Lei nº 2.186, serão incluídos em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 Sessões subseqüentes, em dias sucessi-

vos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fregelli) — Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

Atendendo à finalidade da sessão o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial nº 50, de 1986-CN.

É lida a seguinte

**MENSAGEM**

**N.º 50, de 1986-CN**

**(N.º 662/85, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, nos termos dos arts. 59, § 1.º, e 81, inciso IV, da Constituição, resolvi vetar, na íntegra, por inconstitucional e contrário ao interesse público, o Projeto de Lei nº 5.327, de 1985, (n.º 147/82, na origem), que “isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria”.

A legislação do imposto sobre a renda já concede isenção aos proventos da aposentadoria causada por moléstias graves bem como aos idosos, com mais de 65 anos. A isenção generalizada, pretendida pelo projeto, não seria equitativa, pois criaria situação de grave injustiça para os contribuintes não aposentados, tendo em vista que, entre os aposentados e pensionistas, há contribuintes bastante elevados. Agrava ainda mais essa situação o fato de o projeto, ao referir de maneira genérica a rendimentos de aposentadoria, favorecer pessoas de alto poder aquisitivo, beneficiárias do sistema de previdência privada. O sistema previdenciário, por seu turno, seria severamente abalado, sobretudo no setor de assistência médica, a que se destinam especificamente as contribuições dos inativos, já cobradas em bases mais modestas.

O segundo ponto negativo diz respeito à eliminação do desconto do Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos de valor equivalente ao de cem ORTN. Tal medida ocasionaria considerável redução da receita, prejudicando o esforço de eliminação do déficit público, e contrariaria a tendência da legislação tributária brasileira de aproximar cada vez mais o pagamento do imposto do momento da percepção dos rendimentos. Assinalem-se, ainda, as distorções resultantes, uma vez que as classes com mais alta renda teriam seu rendimento líquido aumentado mensalmente na proporção da diminuição do valor do imposto, enquanto parcela da população economicamente ativa passaria a suportar toda a carga tributária.

O projeto prejudica, outrossim, o contribuinte com direito à restituição, ao assegurar a correção monetária do crédito somente quando não restituído em 30 dias, ao passo que a legislação atual não estabelece limitações de prazo. Recordo, sobre o mesmo tema, haver encaminhado projeto de lei, já aprovado pelas duas Casas do Congresso e que devei brevemente sancionar, segundo o qual o excesso de pagamento ocorrido durante o ano-base será corrigido monetariamente pela média da variação das ORTN no mesmo período.

Do que precede, verifica-se que o projeto é inconstitucional, pois envolve leis finan-

ceiras, como o são as que criam, alteram ou extinguem impostos ou outros tributos, de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, nos termos do art. 57, inciso I e IV, da Constituição. Fere, outrossim, o interesse público, ao implicar uma perda de receita para o Tesouro, já no próximo ano, da ordem de vinte trilhões de cruzeiros, o que comprometeria as metas econômicas e sociais de âmbito nacional, inclusive a manutenção da assistência médica aos segurados do sistema previdenciário.

Estas, as razões que me levam a vetar o referido projeto e que ora tenho a honra de submeter à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 16 de dezembro de 1985. — José Sarney.

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO**

PL N.º 5.327, DE 1985  
NA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
PLS N.º 147, DE 1982,  
NO SENADO FEDERAL

**Isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As importâncias recebidas em dinheiro, por pessoa física, a título de pensão ou aposentadoria, ficam isentas de qualquer tributação, contribuição ou outra

arrecadação compulsória promovida pela Administração Pública direta ou indireta:

Art. 2.º A remuneração proveniente de trabalho assalariado, até a quantia equivalente a 100 (cem) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, não poderá ser objeto de retenção na fonte a título de antecipação de recolhimento de tributo de qualquer natureza.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos honorários percebidos por profissional autônomo e demais rendimentos de trabalho sem vínculo empregatício.

Art. 3.º As restituições devidas pela Receita Federal aos contribuintes que houverem sofrido retenção na fonte serão corrigidas monetariamente quando não efetuadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da declaração de renda.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o interessado comunicará o fato à Delegacia Regional do Ministério da Fazenda, que instaurará imediatamente inquérito administrativo para apurar responsabilidades.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Senadores Pedro Simon, Nivaldo Machado, Virgílio Távora e os Srs. Deputados Raymundo Asfóra, Luiz Barcarini e Celso Barros.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 8 de setembro próximo.

A convocação de Sessão destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do projeto vetado, os pareceres das Comissões que o apreciaram e, se houver, o relatório da Comissão Mista.

O prazo de tramitação da matéria se encerrará em 2º de outubro vindouro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — A Presidência deixa de convocar a Sessão que se seguiria à presente pela completa ausência de número de Congressistas.

Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 8 e 18, de 1986-CN (9ª Sessão), 19 e 20, de 1986-CN (7ª Sessão), 22, de 1986-CN (6ª Sessão), e 21, de 1986-CN, e à apreciação da Mensagem Presidencial nº 40, de 1986-CN (1ª Sessão).

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.*)

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17**